

Demonstrações Contábeis

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....1

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado5

Demonstração do resultado abrangente6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido7

Demonstração dos fluxos de caixa8

Notas explicativas às demonstrações contábeis9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco F. A. Noronha Andrade'.

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	914	2.512
Contas a receber de clientes	5	927	854
Ativo contratual da concessão	6	6.366	6.125
Contrato de mútuo – parte relacionadas	8	2.500	-
Outros ativos circulantes		141	140
Total do ativo circulante		10.848	9.631
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	1.452	-
Ativo contratual da concessão	6	80.538	78.984
Total do realizável a longo prazo		81.990	78.984
Imobilizado			
Total do imobilizado		11	-
Total do ativo não circulante		82.001	78.984
Total do ativo		92.849	88.615
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		4	104
Empréstimos e financiamentos	9	1.654	663
Dividendos a pagar	8	934	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10.1	69	-
Outros passivos circulantes		193	150
Total passivo circulante		2.854	917
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	32.746	34.327
PIS e COFINS diferidos	11	3.172	3.106
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	2.677	2.622
Total passivo não circulante		38.595	40.055
Patrimônio líquido			
Capital social	12	36.641	36.641
Reserva de lucros	12	14.759	11.002
Total patrimônio líquido		51.400	47.643
Total passivo e do patrimônio líquido		92.849	88.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção e outras, líquidas	13	3.683	2.364
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	13	7.944	13.166
Receita operacional líquida		11.627	15.530
Custos dos serviços prestados	14	(2.101)	(1.828)
Lucro bruto		9.526	13.702
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(1.374)	(351)
Outras receitas operacionais	15	-	30
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		8.152	13.381
Despesas financeiras	16	(3.131)	(5.716)
Receitas financeiras	16	31	20
Resultado financeiro líquido		(3.100)	(5.696)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.052	7.685
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(306)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(55)	988
Lucro líquido do exercício		4.691	8.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	4.691	8.673
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.691</u>	<u>8.673</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro 2021		15.001	98	2.231	-	-	17.330
Aumento de capital	12	21.640	-	-	-	-	21.640
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.673	8.673
Constituição de reserva legal	12	-	434	-	-	(434)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	12	-	-	8.239	-	(8.239)	-
Saldos em 31 dezembro 2022		36.641	532	10.470	-	-	47.643
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.691	4.691
Constituição de reserva legal	12	-	235	-	-	(235)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	12	-	-	(934)	-	-	(934)
Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	1.114	-	(1.114)	-
Proposta de constituição de reserva de lucros	12	-	-	-	3.342	(3.342)	-
Saldos em 31 dezembro 2023		36.641	767	10.650	3.342	-	51.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.052	7.685
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	2.091	1.336
Encargos financeiros sobre debêntures	-	2.322
Receita do ativo contratual de concessão	(11.705)	(17.244)
PIS e COFINS diferidos	66	753
	(4.496)	(5.148)
Variações dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(73)	8
Ativo contratual de concessão	9.910	9.100
Outros ativos	(8)	64
Variações dos passivos operacionais		
Fornecedores	(100)	(1.619)
Outros passivos	43	13
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(2.018)	(1.346)
Juros pagos de debêntures	-	(10.446)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(230)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	3.028	(9.374)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(11)	-
Movimentação de Títulos e valores mobiliários	(1.452)	-
Recursos concedidos de empréstimos – parte relacionadas	(2.500)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.963)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de aumento de capital	-	21.449
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	-	35.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(663)	-
Pagamento de debêntures	-	(45.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(663)	11.449
(Redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(1.598)	2.075
Varição em caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.512	437
No final do exercício	914	2.512
Varição em caixa e equivalentes de caixa	(1.598)	2.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A. “Companhia”, é uma sociedade constituída como “Sociedade Anônima” de capital fechado e domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 20º andar - torre D - Sala 9, Vila Conceição, na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela LC Energia Holding S.A.

A Companhia tem por objeto social explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia, prestado mediante a construção, montagem, operação e a manutenção de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e suas conexões e demais equipamentos, incluindo os serviços de apoio administrativo, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 21 de setembro de 2018, a Entidade assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 22/2018 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão estão localizadas no estado do Tocantins, e são compostas pela SE Colinas 500/138kV - (6+1R) x 60MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da concessão	Início da operação prevista em contrato	Índice de reajuste anual do contrato
Nº 22/2018	21/09/2018 a 20/09/2048	21/01/2022	IPCA

A data de entrada em operação comercial definitiva foi em 23 de julho de 2021, que representa seis meses de antecedência frente ao prazo estabelecido no contrato de concessão.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

A receita anual permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, no valor histórico de R\$7.200. Tal receita anual permitida (RAP) é corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos das cláusulas do contrato de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente. Em dezembro de 2023 o valor corrigido da RAP é de R\$9.732 (R\$9.364 em 31 de dezembro de 2022 resolução homologatória 3067/2022), conforme resolução homologatória 3216/2023.

A receita anual permitida (RAP) será faturada pela Companhia, em duodécimos, a cada mês civil, contra os usuários da rede básica, conforme regulamentação da ANEEL e condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST, bem como definições do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Revisão tarifária

A ANEEL procederá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, utilizando uma metodologia de cálculo com base no custo de Capital de Terceiros.

A próxima revisão tarifária está prevista para 1º de julho de 2024.

Prorrogação da concessão

A critério exclusivo do poder concedente e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 4º da Lei nº 9.074, de 1995, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. Com exceção a eventuais investimentos incrementais não amortizados, o contrato de concessão não prevê a indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no término do contrato de concessão, conseqüentemente na configuração do plano de negócios ou no cálculo de ativo contratual, a Companhia não considerou nenhum valor residual a título de indenização ao término do contrato de concessão.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, não havendo o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e concluíram que as referidas demonstrações contábeis traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 8 de maio de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, os montantes apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota explicativa 6 - Ativo contratual da concessão: contabilização de contratos de concessão;
- Nota explicativa 10 - Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: constituição de IRPJ e CSLL diferido;
- Nota explicativa 11 - PIS e COFINS diferidos: constituição de passivo fiscal diferido.

2.4.1. Estimativas e premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos e passivos financeiros

a) *Ativos financeiros*

i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros*--Continuação

i) Classificação e mensuração--Continuação

através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao contas a receber de clientes e o contrato de mútuo – parte relacionadas.

ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

b) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros estão descritos a seguir:

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

3.1.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e bancos, mensurados ao custo amortizado, e equivalentes de caixa, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual da concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir a infraestrutura de transmissão, uma vez que o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção, sendo mensurado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho tornar-se um contas a receber (ativo financeiro), mensurado de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo em vista que a Companhia passa a ter direito incondicional ao recebimento.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

O valor do ativo contratual da concessão é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que representa a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, sendo estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita de 9,91% a.a. que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; (ii) atualizado pelo IPCA; (iii) revisado a cada 5 (cinco) anos pelo poder concedente na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado. Os recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão.

3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do ativo contratual da concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita--Continuação

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

As receitas de construção e remuneração do ativo contratual da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, no passivo não circulante.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202. os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto é de 25%.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Dividendos--Continuação

A Companhia ao auferir lucro poderá distribuir juros sobre capital próprio e dividendos intermediários, na forma e nos limites da legislação aplicável, somente com a devida aprovação de seus diretores.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que relete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3.5.1. Provisão para contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui processos cujo prognóstico de perda seja provável ou possível.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Provisões--Continuação

3.5.2. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes--Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.7. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.8. Tributação

3.8.1. PIS e COFINS

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 3.2.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Tributação--Continuação

3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados pelo regime do lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 8% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 12% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.9. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

3.10.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

- IFRS 17 (CPC 50 – Contratos de Seguro): Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 8 (CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro): Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro): Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

3.10.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações--Continuação

3.10.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes--Continuação

- Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 – Arrendamentos): Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento).
- Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis): Classificação de passivos como circulante ou não circulante.
- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	1	1
Banco	392	480
Aplicação financeira (i)	521	2.031
Total	<u>914</u>	<u>2.512</u>

- (i) O saldo desse grupo é composto de aplicações financeiras automáticas e de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As aplicações automáticas tiveram remuneração média de 5% durante os anos de 2023 e de 2022, já as aplicações de CDB tiveram uma taxa de remuneração de 98% (CDI) em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias (i)	908	854
Receita anual permitida – PA (ii)	19	-
Total	927	854

- (i) O saldo refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$166 em 05/01/2024, R\$166 mil em 15/01/2024, R\$393 mil em 25/01/2024 e R\$183 mil em 05/02/2023 (em 31 de dezembro de 2022: R\$156 em 05/01/2023, R\$158 mil em 15/01/2023, R\$385 mil em 25/01/2023 e R\$155 mil em 05/02/2023). A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.
- (ii) A Parcela de Ajuste (PA), é a diferença entre a RAP homologada, líquida de perdas de quaisquer naturezas, e os avisos de crédito disponibilizados pelo ONS, o valor será acrescido ao faturamento da RAP dos próximos 12 meses..

6. Ativo contratual da concessão

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Linhas de Transmissão	Colinas	
Margem de construção	1,84%	
Margem de operação e manutenção	63,83%	
Taxa de remuneração	9,91%	
Índice de correção dos contratos	IPCA	
RAP Anual - Ciclo 2023-2024	9.732	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial ativo contratual da concessão	85.109	82.217
Receita de operação e manutenção	2.112	1.406
Margem de operação e manutenção	1.348	1.330
Remuneração do ativo de contrato	8.245	14.508
Recebimento RAP	(9.910)	(9.100)
Impacto da mudança de tributação (PIS/COFINS diferido) (i)	-	(5.252)
Saldo final ativo contratual da concessão	86.904	85.109
Circulante	6.366	6.125
Não circulante	80.538	78.984

- (i) A Administração da Companhia aderiu, em janeiro de 2023, a tributação pelo regime do lucro presumido, razão pelo qual os saldos das contas do ativo de contrato e do passivo fiscal diferido foram ajustados.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Conta vinculada (i)	1.452	-
Total	1.452	-

(i) Conta corrente vinculada ao Banco da Amazônia constituída para atender às cláusulas restritivas do contrato de empréstimos.

8. Partes relacionadas

Mútuo a receber

A Companhia durante o exercício de 2023 concedeu um mútuo com a empresa do grupo, Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A, correspondente ao valor de R\$2.500, sem remuneração prevista. A liquidação ocorreu em fevereiro de 2024.

	31/12/2023	31/12/2022
Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.	2.500	-
Total	2.500	-

Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	31/12/2022	Dividendos declarados	31/12/2023
LC Holding S.A.	-	934	934
Total	-	934	934

9. Empréstimos e financiamentos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade amortização (i)	Taxa de juros (ii)
Empréstimo Basa (i)	34.400	34.990	15/07/2045	mensal	IPCA+0,01340%
Total	34.400	34.990			

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Captações	Despesas de juros	Pagamentos de Juros	31/12/2022
Empréstimo Basa (i)	-	35.000	1.336	(1.346)	34.990
	-	35.000	1.336	(1.346)	34.990
Total circulante	-				663
Total não circulante	-				34.327

	31/12/2022	Despesa de juros	Pagamento de principal	Pagamentos de juros	31/12/2023
Empréstimo Basa (i)	34.990	2.091	(663)	(2.018)	34.400
	34.990	2.091	(663)	(2.018)	34.400
Total circulante	663				1.654
Total não circulante	34.327				32.746

(i) A Companhia realizou contrato de empréstimo junto ao Banco Amazônia, em 26 de abril de 2022, composto de principal (com vencimento mensal a partir de agosto de 2023) e juros (amortizados mensalmente).

(ii) Sobre a dívida, incide a taxa de juros mensais, calculados através da taxa de juros dos fundos constitucionais -TFC, composta pelo fator de atualização monetária IPCA e pelo componente prefixado TFC de 0,0134 de acordo com a Lei nº 10.177, de 2001.

Cronograma de amortização da dívida

O empréstimo tem seu vencimento assim programado:

Vencimento	31/12/2023
2025	1.591
2026	1.591
2027	1.591
2028	1.591
2029 a 2045	26.382
	32.746

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias

Cláusula nona da cédula de crédito bancário:

- (a) Fiança bancária, garantindo 100% do crédito aberto.
- (b) Aval corporativo da acionista LC Energia Holding S.A.
- (c) Conta Reserva de Serviço da Dívida com saldo equivalente ao valor de, no mínimo, a soma de 6 (seis) parcelas vincendas de amortização de principal e encargos, cujo preenchimento deverá ser iniciado 6 (seis) meses antes da primeira amortização de principal (em agosto de 2023). Em 31 de dezembro de 2023 a companhia possui o valor de R\$1.452 mantidos em conta vinculada conforme demonstrado na nota explicativa 7.

Vencimento antecipado

O contrato do empréstimo da Companhia possui cláusulas restritivas “*covenants*” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos na cláusula dezoito da cédula de crédito bancário, conforme segue:

- (a) A EMITENTE obriga-se a realizar à conta de recursos próprios, as inversões correspondentes à diferença entre o custo global do Projeto e o montante do crédito aberto através deste contrato, bem como quaisquer excessos que se verifiquem na execução do Projeto financiado, desde que respeitado cumulativamente (i) que os recursos sejam destinados à cobertura de variações no Projeto, em relação ao Quadro de Usos e Fontes, em percentual de até a 10% (dez por cento) ;(ii) que não haja compartilhamento das garantias que serão constituídas em favor do BANCO; e (iii) não ocorra descumprimento do Índice de cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,3, a ser apurado após 12 (doze) meses de pagamento de principal, a ser verificada através das demonstrações contábeis consolidadas anuais auditadas.
- (b) A EMITENTE obriga-se a apurar e informar ao Banco da Amazônia anualmente, até 30 (trinta) de junho de cada ano, ICSD, relativo ao exercício fiscal findo em 31 (trinta e um) de dezembro de ano anterior, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas por auditor independente cadastrado na CVM. Esta obrigação se iniciará a partir do ano de 2024 referente ao exercício social encerrado em 31 (trinta e um) de dezembro de 2023 e perdurará durante todo o período de amortização do presente Contrato;

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimento antecipado--Continuação

- (c) A EMITENTE obriga-se a manter durante a vigência desta Cédula, o Índice de cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,3, apurados em balanço anual auditado a partir do pagamento de 12 (doze) parcelas de principal e juros da dívida, calculado na forma do parágrafo único desta Clausula;

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida da Companhia.

10. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real no exercício de 2022 e apurada pelo regime tributário lucro presumido no exercício de 2023, conforme segue:

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

Lucro presumido	<u>31/12/2023</u>	Lucro real	<u>31/12/2022</u>
RAP faturada	10.436	Resultado antes do IRPJ/CSLL	7.685
Base presunção IRPJ 8%	835	Adições/exclusões	
Base presunção CSLL 12%	1.252	Receita do ativo contratual da concessão	(17.244)
Receitas financeiras	31	Receita do ativo contratual da concessão (realizado)	9.100
IRPJ		Custo de construção	-
Base de IRPJ lucro presumido	866	Custo de construção (realizado)	(1.366)
IRPJ calculado no ano	(191)	PIS diferido	134
Despesa de IRPJ corrente	(191)	COFINS diferido	619
		Total dos ajustes temporários	(8.757)
CSLL			
Base de CSLL lucro presumido	1.283	Resultado fiscal	(1.072)
CSLL calculado no ano	(115)	IRPJ sobre ajustes temporários	(2.189)
Despesa de CSLL corrente	(115)	CSLL sobre ajustes temporários	(788)
		Total IRPJ/CSLL diferido	(2.977)
Movimentação do ativo contratual	1.795	Ajuste pela mudança tributária	
Base presunção IRPJ 8%	144	Saldo inicial do ativo de contrato	82.217
Base presunção CSLL 12%	215	Receita do ano	8.144
IRPJ		Impacto pela mudança da tributação (i)	(5.252)
Base de IRPJ lucro presumido	144	Saldo final do ativo de contrato	85.109
IRPJ calculado no ano	(36)	Base presunção IRPJ 8%	6.810
Despesa de IRPJ diferido	(36)	Base presunção CSLL 12%	10.213
		Total IRPJ lucro presumido	(1.703)
CSLL		Total CSLL lucro presumido	(919)
Base de CSLL lucro presumido	215	IRPJ/CSLL - Lucro presumido	(2.622)
CSLL calculado no ano	(19)	Saldo inicial dos impostos diferidos	3.610
Despesa de CSLL diferido	(19)	Impostos calculados no ano	2.977
		Impacto dos impostos diferidos	3.965
Total de despesas IRPJ/CSLL	(361)	Total de despesas IRPJ/CSLL - do exercício	988
Alíquota efetiva	7,1%		

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

10.1. Imposto de renda e contribuição a pagar

Despesa de IRPJ e CSLL

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial dos impostos a pagar	-
Impostos calculados no ano	306
Impostos deduzidos	(7)
Impostos pagos	<u>(230)</u>
Saldo final dos impostos a pagar	<u>69</u>

10.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Despesa de IRPJ e CSLL

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial dos impostos diferidos	2.622	3.610
Impostos calculados no ano (ii)	55	2.977
Impacto da mudança tributária (i)	-	(3.965)
Saldo final dos impostos diferidos	<u>2.677</u>	<u>2.622</u>

(i) A Administração da Companhia aderiu, em janeiro de 2023, a tributação pelo regime do lucro presumido, razão pelo qual os saldos das contas do ativo de contrato, imposto de renda e contribuição social diferidos foram ajustados. Conforme demonstrado na nota explicativa 11 de PIS e COFINS diferidos.

(ii) Impostos calculados com a alíquota do lucro real conforme o regime tributário vigente em 2022.

11. PIS e COFINS diferidos

Correspondem aos tributos diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. PIS e COFINS diferidos—Continuação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Movimentação do ativo contratual da concessão	1.795	8.144
Movimentação do ativo contratual da concessão	1.795	8.144
Alíquota vigente	3,65%	9,25%
Total despesa PIS/COFINS diferido (i)	(66)	(753)

(i) O valor de PIS/COFINS diferido está classificado na receita operacional líquido vide nota explicativa 13.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo final do ativo de contrato	86.904	85.109
Alíquota tributária (i)	3,65%	3,65%
PIS/COFINS diferido	3.172	3.106

A movimentação de PIS e COFINS está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial PIS e COFINS diferidos	3.106	7.605
Impostos calculados no ano (ii)	66	753
Impacto da mudança tributária (i)	-	(5.252)
Saldo final PIS e COFINS diferidos	3.172	3.106

(i) A Administração da Companhia aderiu, em janeiro de 2023, a tributação pelo regime do lucro presumido, razão pelo qual os saldos das contas do ativo de contrato e do passivo fiscal diferido foram ajustados.

(ii) Impostos calculados em 2022 com a alíquota do lucro real conforme o regime tributário vigente em 2022.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$36.641 e está representado por 36.641.166 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela acionista LC Energia Holding S.A.

	31/12/2023 e 31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
LC Energia Holding S.A.	36.641.116	36.641	100%
	36.641.116	36.641	100%

Em 21 de março de 2022, conforme deliberado em Assembleia Geral e Extraordinária, ocorreu um aumento de capital da Companhia no valor de R\$20.599, com a emissão de 20.599.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas. Neste ato, houve a integralização de 191.206 ações mediante a capitalização de créditos detidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital recebidos no ano de 2021, e o restante das 20.407.794 ações foram integralizadas em 27 março de 2022.

Em 21 de setembro de 2022, conforme deliberado em Assembleia Geral e Extraordinária, houve um aumento de capital no valor de R\$1.041, com a emissão de 1.041.166 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas, mediante a capitalização de créditos detidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital recebidos no ano de 2022.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	4.691	8.673
Reserva legal 5%	235	434
<i>Movimentação da reserva legal</i>		
Saldo inicial da reserva legal	532	98
Reserva legal do ano	235	434
Saldo final da reserva legal	<u>767</u>	<u>532</u>

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	4.691	8.673
Reserva legal (5%)	(235)	(434)
Base para dividendos	4.456	8.239
alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	1.114	-

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia auferiu lucro, de acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

A Administração concluiu que o montante apurado de dividendos mínimos obrigatórios, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ainda não se realizou financeiramente, representando um lucro meramente contábil, desta forma, conforme previsto no art. 197 da Lei nº 6.404/76 a Administração propôs a destinação do montante para reserva de lucros a realizar.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

No exercício de 2023 houve a realização de reserva de lucros a realizar, no montante de R\$934. Em atendimento ao art. 202 inciso III da Lei nº 6.404/76, o montante foi destinado ao pagamento de dividendos.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	4.691	8.673
Reserva legal 5%	(235)	(434)
Constituição de reservas de lucros retidos	(3.342)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	1.114	-
Proposta de constituição de reserva de lucros a realizar	-	8.239
Movimentação da reserva de lucros a realizar		
Saldo inicial da reserva de lucros a realizar	10.470	2.231
Realização da reserva de lucros a realizar	(934)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	1.114	-
Proposta de constituição de reserva de lucros a realizar	-	8.239
Saldo final da reserva de lucros a realizar	<u>10.650</u>	<u>10.470</u>

Reserva de lucros retidos

Essa reserva é constituída com saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas; O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	4.691	-
Reserva legal 5%	(235)	-
Dividendos propostos	(1.114)	-
Reserva de lucros retidos	3.342	-
Movimentação da reserva de lucros retidos		
Constituição de reservas de lucros retidos	3.342	-
Saldo final da reserva de lucros retidos	<u>3.342</u>	<u>-</u>

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de remuneração do ativo contratual da concessão	8.245	14.508
Receita de operação e manutenção	2.112	1.406
Margem de operação e manutenção	1.348	1.330
Outros	526	-
Receita operacional bruta	12.231	17.244
Encargos do consumidor	(157)	(119)
PIS e COFINS sobre faturamento	(381)	(842)
PIS e COFINS diferidos	(66)	(753)
Deduções da receita	(604)	(1.714)
Total	11.627	15.530

14. Custos dos serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo com serviços tomados de terceiros	(1.930)	(2.041)
Custo com energia elétrica	(138)	-
Custo com seguro	(5)	(48)
Custo com impostos e taxas	(3)	(25)
Recuperação de custos	-	420
Demais custos	(25)	(134)
Total	(2.101)	(1.828)

15. Despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços tomados de terceiros	(1.023)	(333)
Despesa com pessoal	(39)	-
Despesa com viagem	(26)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(286)	(18)
Outras receitas operacionais	-	30
Total	(1.374)	(321)
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(1.374)	(351)
Outras receitas operacionais	-	30
Total	(1.374)	(321)

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros e variações monetárias (i)	(2.091)	(3.658)
IOF, comissões e taxas	(2)	(3)
Multa e acréscimos moratórios	(19)	(36)
Tarifas bancárias	(6)	(7)
Prêmio na liquidação das debêntures (ii)	-	(698)
Serviços bancários, garantias e fianças	(967)	(1.282)
Outras despesas financeiras	(46)	(32)
Despesas financeiras	(3.131)	(5.716)
Receita com aplicação financeira	26	21
Impostos sobre receita financeira	-	(1)
Outras receitas financeiras	5	-
Receita financeira	31	20
Resultado financeiro líquido	(3.100)	(5.696)

(i) O valor de juros de empréstimos e financiamentos no ano de 2023 foi R\$2.091 (R\$1.336 em 2022), o valor de debêntures no ano de 2023 foi de R\$0 (R\$2.322 em 2022).

(ii) Saldo referente às despesas com prêmio na liquidação da debênture devido ao pagamento antecipado

17. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Aplicações financeiras	2	521	2.031
Títulos e valores mobiliários	2	1.452	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Caixa e banco		394	481
Contas a receber de clientes		927	854
Contrato de mútuo – parte relacionada		2.500	-
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores		4	104
Empréstimos e financiamentos		34.400	34.990

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 1 e apresentam-se pelo valor contratual.

17.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

Risco de crédito

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

17.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. A Companhia tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

17.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Seguro

	Modalidade	Importância segurada	Período de vigência
Potencial Seguradora (i)	Seguro Garantia	1.859	18 de março de 2024 até 17 de junho de 2024
Tokio Marine Seguradora (ii)	Riscos Operacionais	42.186	14 de junho de 2023 até 14 de junho de 2024

(i) Apólice nº 0306920189907750238051000 emitida pela Potencial Seguradora, para cobertura de seguro garantia e seu limite máximo de indenização é de R\$1.859 milhões e um prêmio anual de R\$6. Ao fim da vigência a apólice de seguro será renovada pelo período de mais um ano.

(ii) Apólice nº 9600002675 emitida pela Tokio Marine Seguradora, para cobertura de seguro contra danos materiais (Prédio, MMU e MMP) R\$64.069 e Lucro Cessantes (Lucro Bruto) R\$9.414, com limite máximo de indenização até R\$42.186.

19. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Segue movimentação referente a transação sem efeito caixa nas rubricas do balanço patrimonial.

a) Atividades de financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Varição Balanço	934	-
Varição DFC	-	-
Diferença	934	-
Composição da diferença de transação sem efeito caixa		
Dividendos a pagar	934	-
Total	934	-

20. Eventos subsequentes

Em 14 de julho de 2023, a LC Linhas Holding Ltda. celebrou com o fundo XP Infra II Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura ("XP Infra") o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("CCVA") que trata da alienação da totalidade das ações da LC Energia Holding S.A. ("LC Energia") para XP Infra.

A alienação da totalidade das ações da LC Energia foi concluída no dia 22 de março de 2024.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Diretoria

Nilton Bertuchi
Diretor

Roberto Bocchino Ferrari
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC RJ-092.334/O-9